

# **AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CCTI)**

Tema: Principais obstáculos que dificultam ou retardam a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

**ANPEI**

# VISÃO GERAL

Análise quantitativa - Volume de informações referente aos gastos internos com P&D.

Aspecto avaliado	ÁFRICA DO SUL	ALEMANHA	BRASIL	CHINA	ESTADOS UNIDOS	ÍNDIA	IRSAEL	RÚSSIA
Financiamento em P&D	\$2.80	\$133.30	\$27.40	\$510.10	\$982.00	\$23.60	\$31.00	\$25.00
Gastos P&D em relação ao PIB	0.69%	3.26%	1.22%	2.72%	3.54%	0.65%	5.79%	1.1%
Ranking de Inovação	61°	11°	52°	10°	3°	38°	14°	60°



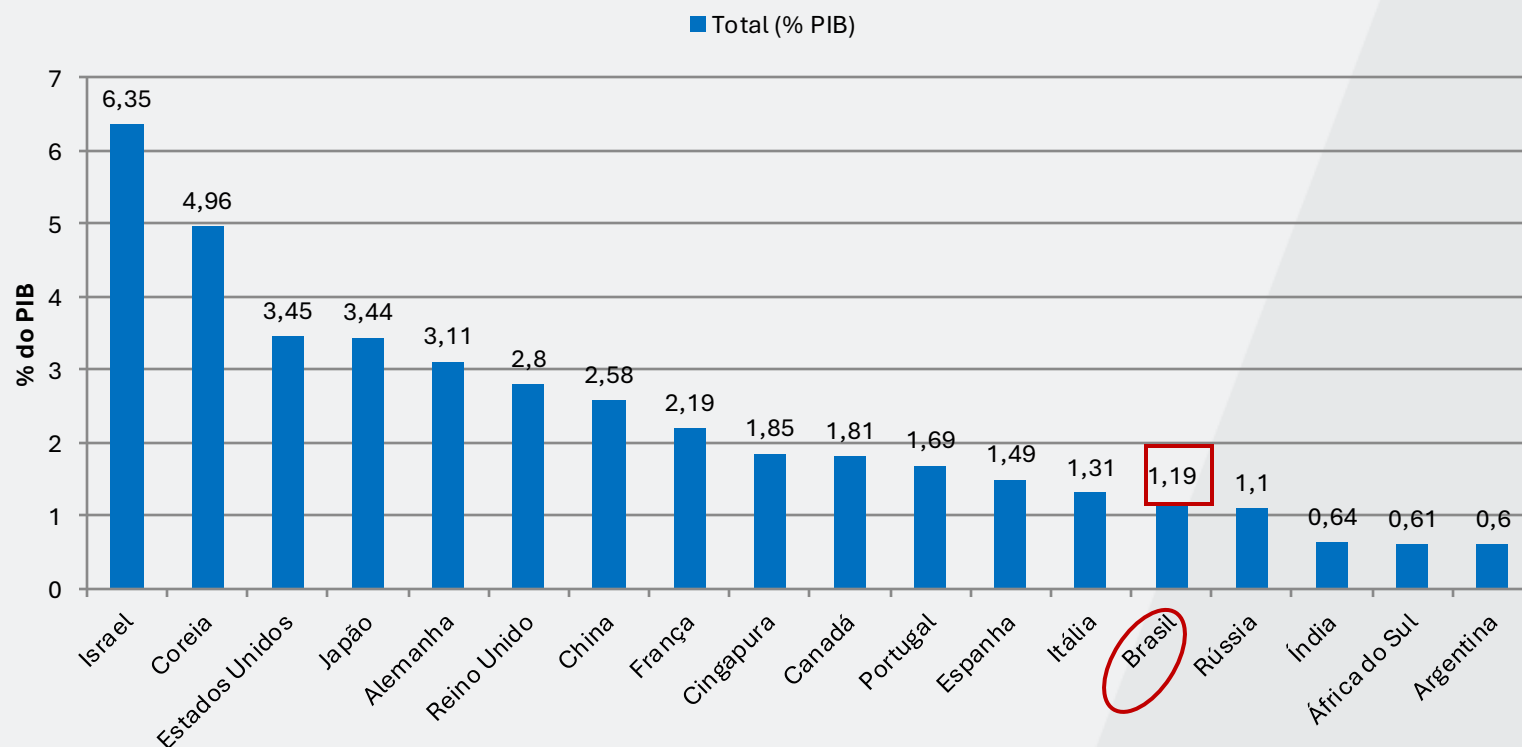
1. Dados do relatório Global Innovation Index 2025, publicado pela WIPO
2. Valores em bilhões de dólares

Análise: De forma geral, a posição média do Brasil nos indicadores analisados revela um sistema nacional de inovação que apresenta avanços importantes, especialmente em comparação a outros países emergentes, mas que ainda carece de uma estratégia mais robusta e integrada para se aproximar das economias líderes.

Observação: o índice não avalia apenas os valores gastos em P&D, mas também a capacidade de gerar impacto econômico e social a partir desse investimento.

# RANKING INTERNACIONAL CONFORME PIB

## Dispêndios em P&D (% do PIB) - 2023



**Israel (6,35%) e Coreia do Sul (4,96%)** lideram mundialmente, com investimentos muito acima da média.

Os **Estados Unidos, Japão e Alemanha** formam o grupo intermediário, entre 3% e 3,5% do PIB.

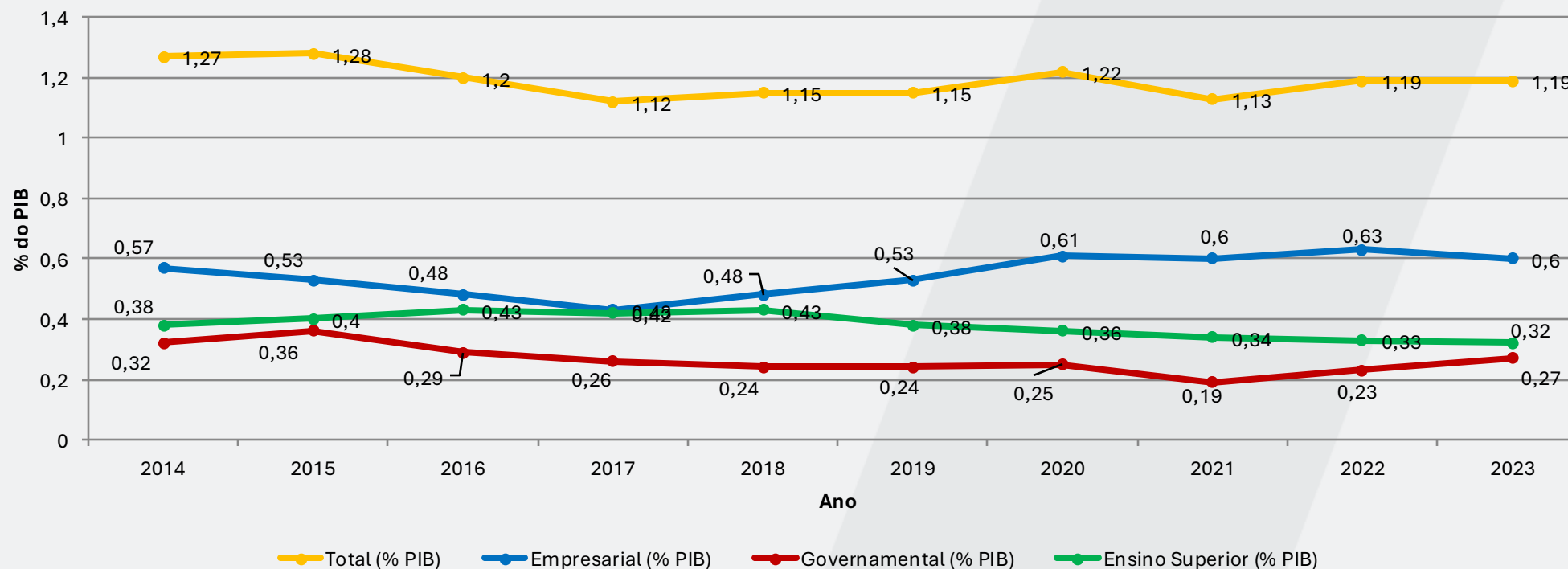
O **Brasil** aparece com 1,19% do PIB, abaixo da média da OCDE ( $\approx 2,7\%$ ) e distante dos líderes globais.

Observação: o gráfico inclui P&D nos setores governamental, empresarial e ensino superior.

Fonte: OCDE, Main Science and Technology Indicators (MSTI), India (2020): Research and Development Statistics 2022-23; Brasil: COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI

# DISPÊNDIO COM RELAÇÃO AO PIB

Desde 2014, o dispêndio nacional em PD&I apresentou oscilações. O setor empresarial ganhou maior protagonismo, ampliando significativamente sua participação no financiamento da inovação. Já o setor governamental sofreu retrações, com leve retomada recente, enquanto o ensino superior manteve trajetória mais estável. Como resultado, **medido em proporção do PIB, manteve-se em torno de 1,1% a 1,2%**, revelando desafios para ampliar a intensidade de investimento em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.



# **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO BRASILEIRA**

**ANPEI**

# DESAFIOS E PONTOS FORTES

## Desafios

1. **Investimento em PD&I (PIB):** como alavancar o investimento privado?
2. **Cultura de Inovação Proativa** desde a educação básica, mas, principalmente, nas empresas com foco em investimentos em novos produtos e novas tecnologias.
3. **Burocracia e Complexidade:** simplificação de processos e segurança jurídica.
4. **Transferência de Conhecimento:** a efetividade da transferência de conhecimento entre academia, centros de pesquisa e empresas ainda precisa ser aprimorada no Brasil.

## Pontos Fortes

1. **Lei do Bem:** tem sido fundamental para estimular o investimento privado em P&D.
2. **Potencial de Mercado e Setores Estratégicos:** o vasto mercado interno e a relevância de setores como agronegócio, energia e TICs oferecem um terreno fértil para o desenvolvimento de P&D focado em soluções locais com potencial de escalabilidade.
3. **Geração de Talentos:** a existência de um mercado de trabalho em P&D e a formação de profissionais em diversas áreas indicam um capital humano em desenvolvimento, embora ainda haja desafios na sua plena utilização.

# RECOMENDAÇÕES - Legislativo

A ANPEI traz recomendações que o Brasil deve perseguir como Política de Estado para fortalecer a base de inovação e garantir a competitividade das organizações e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social sustentável.

- **Aprovação da modernização da Lei do Bem\***, trará maior segurança para o contínuo usufruto do instrumento para pessoas jurídicas que já utilizam e para novas:
  - Permitir o uso do benefício em anos subsequentes caso a empresa não tenha lucro em determinado exercício;
  - Atualizar o mecanismo de acordo com o Marco Legal das Startups e inclusão das startups no rol de possíveis beneficiários, caso atendam demais requisitos.

*\*PL 4944/2020 (Câmara dos Deputados) e PL 2838/2020 (Senado Federal)*

- **Previsão de regimes fiscais diversificados**, incluindo superdeduções, créditos fiscais e depreciação acelerada para P&D e inovação;
- **Evitar cortes de benefícios fiscais**, pois a consequência em PD&I é a diminuição da segurança do setor produtivo investir no país, menos mão de obra qualificada, menos competitividade e inovação.

# RECOMENDAÇÕES - Executivo

A ANPEI traz recomendações que o Brasil deve perseguir como Política de Estado para fortalecer a base de inovação e garantir a competitividade das organizações e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social sustentável.

- **Construção de estratégia para inovação de longo prazo**, com metas revisadas periodicamente para considerar a inclusão de novas tecnologias no escopo brasileiro. A **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação** é o principal instrumento. Está sendo revisada (em 2025) e deve direcionar os esforços do país até 2030 e, portanto, influenciar também no próximo plano plurianual. Deve priorizar:
  - Investimento em **infraestruturas de C,T&I**;
  - Formação de **clusters de inovação regionais fortes**, com infraestrutura descentralizada e financiamento cooperado União-Estados;
  - **Salto tecnológico**.
- **Alinhamento entre Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**, para que exista:
  - **Cultura de inovação na educação básica**, promovendo educação científica e de inovação desde a base. Além dos programas já executados pelo MCTI de popularização da ciência, avaliar a possibilidade de disciplinas sobre iniciação científica e inovação para jovens e adolescentes, especialmente no contexto dos itinerários formativos.
  - **Estruturação do Ensino Superior alinhado às demandas do mercado e sociedade**, com o objetivo de fortalecer a relação entre universidades e empresas. Revisão dos principais critérios de avaliação dos cursos superiores no Brasil para que reflitam essa necessidade de mercado.
- **Segurança jurídica para investimento em inovação**:
  - Maior **liberdade para as universidades** e centros de pesquisa públicos;
  - Alinhamento de conceitos sobre inovação e políticas públicas para CT&I entre os atores que promovem inovação e os órgãos de controle.
- **Ampliação de instrumentos de financiamento direto**, para agilidade na seleção de projetos, priorizando missões em setores estratégicos (bioeconomia, agronegócio tecnológico, energias renováveis, tecnologias da biodiversidade amazônica);



# RECOMENDAÇÕES - Setor privado

Abaixo, a ANPEI traz recomendações do que o setor privado deve continuar fazendo, porém em maior escala ou introduzir em sua dinâmica empresarial.

- **Elevar o esforço e a liderança da empresa no financiamento do PD&I**, de forma aumentar o percentual da receita investido;
- **Investir na cadeia produtiva**, disseminando a cultura de inovação e firmando parcerias para desenvolvimento de P&D;
- **Densificar elos com universidades e parcerias formais com ICTs**, ampliando a participação das universidades nos processos de inovação;
- **Fortalecer os modelos de inovação aberta com startups** para acelerar a conversão de pesquisa em receita e exportação tecnológica;
- **Transformar ativos científicos em resultados de mercado**, estruturar processos internos de maturação tecnológica (TRLs) até a fase de escala industrial e comercial;
- **Fomentar a exportação de tecnologia**, com estruturação de capacidades para internacionalização de produtos inovadores e licenciamento de patentes;
- Ampliar a atuação em **busca de inovações frugais** — soluções de baixo custo adaptadas às condições locais;
- **Aprimorar a gestão da inovação**, com adoção de metodologias ágeis, métricas de desempenho e cultura orientada a resultados.



## **Lilian Amaral**


Relações Institucionais e Governamentais

 (11) 985430375

 [ri@anpei.org.br](mailto:ri@anpei.org.br)

## **Mariane Lima**

Relações Institucionais e Governamentais

 (11) 95819-0098

 [rig@anpei.org.br](mailto:rig@anpei.org.br)

